**MULHERES SITIANTES: ENTRE A CASA, ROÇA E FEIRA**

**PEREIRA FILHO, José[[1]](#footnote-1)/UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO (UNEMAT)**

**Eixo temático proposto: 4**

**RESUMO**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de doutoramento, intitulada: “Os sitiantes de Córrego das Pedras (MT): trajetórias de vida e memórias da terra de trabalho”. Objetivamos analisar a dinâmica social referente às formas de sobrevivência das famílias que vivem em mini e pequenas propriedades denominadas sítios, espaço de terras férteis, ocupadas no início da década de 60, onde residem e trabalham, localizada no município de Tangará da Serra, no estado de Mato Grosso, Brasil. A análise tem como foco a produção da vida material e imaterial, em um cenário de resistência ao avanço do agronegócio. A metodologia da pesquisa é predominantemente qualitativa, tendo a história oral e a memória como recursos metodológicos e as observações diretas e entrevistas como principais instrumentos de geração de dados. Para a presente reflexão, elegemos refletir sobre a trajetória de vida das mulheres da comunidade, tendo como objetivo demonstrar o papel das mulheres na produção da vida material e imaterial da comunidade, entendendo-as como sujeitos do processo, que ao longo do tempo, constituíram-se em atores sociais em uma relação de simbiose, em que foram construtoras e construídas.

**PALAVRAS CHAVE**: Mulheres; campesinato, produção rural.

**ABSTRACT**

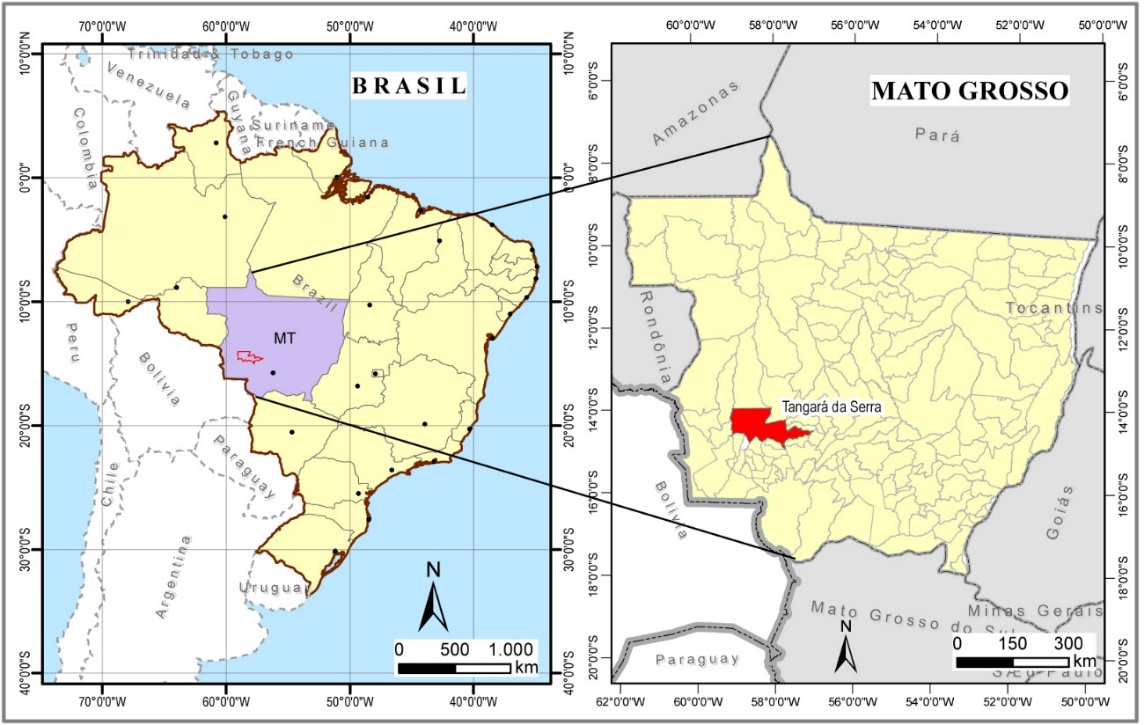
This paper is the result of a doctoral research, titled: "The landsmen of Córrego das Pedras (MT): trajectories of life and memories of the land of work". We aim to analyze the social dynamics related to the survival of families living in mini and small properties called ranches, fertile land space, occupied in the early 60's, where they live and work, located in the municipality of Tangará da Serra, in the state from Mato Grosso, Brazil. The analysis focuses on the production of material and immaterial life, in a scenario of resistance to the advance of agribusiness. The research methodology is predominantly qualitative, with oral history and memory as methodological resources and direct interviews and observations as the main tools for data generation. For the present reflection, we chose to reflect on the life trajectory of the women of the community, aiming to demonstrate the role of women in the production of the material and immaterial life of the community, understanding them as subjects of the process, who over time constituted social acts in a symbiosis relationship, in which they were constructors and constructed.

**KEYWORDS:** Women; peasantry, rural production.

**1 INTRODUÇÃO**

O processo de colonização do Município de Tangará da Serra – onde localiza-se a comunidade estudada -, situado no sudoeste do Estado de Mato Grosso, iniciou-se ao final da década de 1950. Uma de suas características principais foi a existência de minis, pequenas e médias propriedades rurais, denominadas sítios, com a consequente formação de inúmeras comunidades rurais. Ainda hoje, existe significativo remanescente dessas comunidades rurais.

**Figura 01 – Mapa identificador do município de Tangará da Serra/MT**

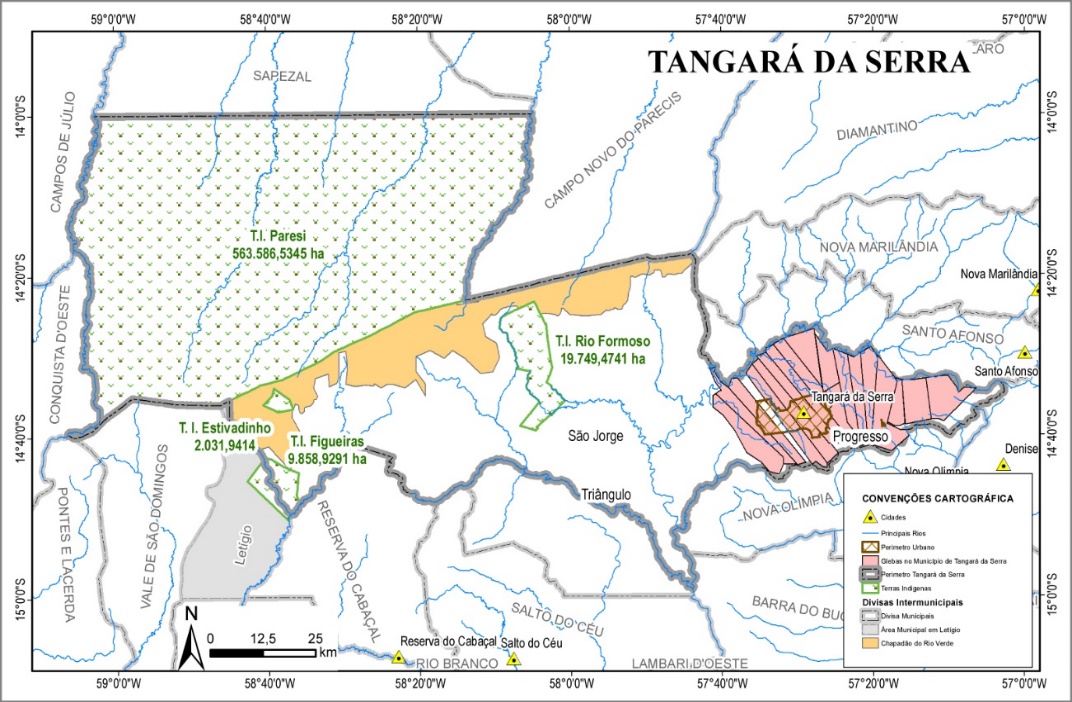


Fonte: Almir José Azevedo, a partir de Cartas Topográficas IBGE/DSG, Imagens de Satélites, dados Disponibilizados pela SEMA/MTSEMA/MT.

Conforme fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o Município de Tangará da Serra localiza-se no bioma Cerrado e Amazônia, com área de 11.323,685 km², com população estimada de 96.932 habitantes para o ano de 2016, sendo que 52,2% do território, correspondente a 5.911,185 km², é formado por reservas indígenas da “Etnia Paresí”[[2]](#footnote-2), devidamente demarcadas.

As comunidades rurais são espaço de referência da vida coletiva das famílias do campo, preservando ainda hoje, em parte, tais características. A colonização se deu principalmente através da ocupação de áreas rurais voltadas às atividades agrícolas, com base na mão-de-obra familiar, pois eram as famílias que migravam e ocupavam as terras, onde desenvolviam, em um primeiro momento, a agricultura de subsistência.

**Figura 02 – Mapa do Município de Tangará da Serra[[3]](#footnote-3)**



Fonte: Almir José Azevedo, a partir de Cartas Topográficas IBGE/DSG, Imagens de Satélites, dados do INTERMAT.

A Comunidade Córrego das Pedras, situada a 12 km do eixo central da cidade, constitui-se como uma das primeiras ocupações rurais, iniciada no ano de 1964, quando para lá migrou um grupo de mineiros, paulistas e paranaenses, em busca de melhores condições de vida. Trata-se de um *lócus* que preserva parte da população remanescente do processo migratório inicial e que, ao longo do tempo, produziu relações de vida material[[4]](#footnote-4) com variada produção agrícola, pecuária leiteira e de corte e hortifrutigranjeiros e imaterial[[5]](#footnote-5) tendo como referência a tradicional festa de São Sebastião[[6]](#footnote-6), sacra e profana, com culinária advinda da tradição mineira e paulista.

O quadro abaixo demonstra o número expressivo de minis, pequenas e médias propriedades ocupando um espaço menor de terras, inversamente, um quantitativo menor de grandes produtores, ocupando uma fração muito maior das terras com predomínio das grandes propriedades rurais, caracterizadas como fazendas do agronegócio[[7]](#footnote-7).

**Quadro 01 – Demonstrativo do quantitativo de unidades rurais em relação ao tamanho, dimensionado em hectares (ha) no município de Tangará da Serra**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tamanho de áreas em hectares – há | Nº estabelecimentos em unidades | Área dos estabelecimentos em hectares |
| Até 10 há | 284 | 1.061 |
| De 10 a menos de 20 há | 139 | 1.916 |
| De 20 a menos de 50 há | 721 | 24.120 |
| De 50 a menos de 100 há | 104 | 7.009 |
| De 100 a menos de 200 há | 63 | 8.361 |
| De 200 a menos de 500 há | 61 | 19.496 |
| De 500 a menos de 1000 há | 46 | 33.011 |
| De 1000 a menos de 2500 há | 34 | 53.525 |
| De 2500 ha e mais | 30 | 241.103 |
| Produtor sem área | 2 | 00 |
| Total | 1.484 | 389.602 |

Fonte: IBGE, 2010.

Nesse contexto, a presente reflexão propõe analisar a trajetória de vida das mulheres sitiantes da comunidade Córrego das Pedras, as tensões vividas e a paulatina conquista de espaços pelas mulheres, no contexto das relações sociais, participando como atores no processo de produção e reprodução da vida material e imaterial, fundamental para a permanência das famílias na terra.

**2 ENTRE A CASA, ROÇA E FEIRA**

[...] e quando chegamos em casa,

Aí de nós! vemos que nosso trabalho mal começou;

Tantas coisas exigem a nossa atenção,

Tivéssemos dez mãos, nós as usaríamos todas.

Depois de pôr as crianças na cama, com o maior carinho

Preparamos tudo para a volta dos homens ao lar:

Eles jantam e vão para a cama sem demora,

E descansam bem até o dia seguinte;

Enquanto nós, ai! só podemos ter um pouco de sono

Porque os filhos teimosos choram e gritam

[...]

Em todo trabalho (nós) temos nossa devida parte;

E desde o tempo em que a colheita se inicia

Até o trigo ser cortado e armazenado,

Nossa labuta é todos os dias tão extrema

Que quase nunca há tempo para sonhar. (GILLIS apud THOMPSON, 2016, p. 287/288).

**2.1 Breve histórico de relações de gênero e a comunidade**

No Brasil, o processo de inferiorização da mulher está estreitamente ligado à construção familiar brasileira, que advém de uma estrutura patriarcal, trazida já no processo de colonização português, estendendo-se ao longo do tempo. Viajante em terras brasileiras no início do século XIX, João Emanuel Pohl relata que em uma festa de batizado, ao encontrar a mesa posta com fartura de alimentos, somente depois das comilanças dos homens, quanto o banquete já estava acabado, as mulheres compareceram à mesa, tamanha era a segregação social em função do sexo (FRIERO, 1982).

Destaca Frieiro (1982), escrevendo sobre a realidade da roça em Minas Gerais[[8]](#footnote-8) na segunda metade do século XX, período que coincide com a migração mineira para Mato Grosso[[9]](#footnote-9), que a organização familiar permanece sendo segregadora para as mulheres.

Ainda hoje costuma ser assim: a mesa das mulheres nas festas em que se come, é a segunda; a das crianças, a terceira. Nas fazendas e casas grandes, quando havia gente de fora para comer, as mulheres não se sentavam à mesa. Vez por outra, limitava-se a senhora a servir discretamente os comensais. Os viajantes estrangeiros muitos estranhavam que só raramente as senhoras apareciam para conversar, ou simplesmente apresentar cumprimentos, nas casas em que eram recebidos. (FRIEIRO, 1982, p. 78).

As mulheres, principalmente as mais novas, eram escondidas dos homens, em parte em função do ciúme do pai, mas muito mais em função do costume de arranjos de casamentos pelos pais e mães para as filhas, que deveriam sujeitar-se a uma relação conjugal negociada entre famílias. Não havia qualquer consideração com os sentimentos dos(das) jovens, particularmente das meninas, que eram molestadas em seus sentimentos, praticamente não tendo escolhas em relação às suas vidas, e dos desdobramentos que daí poderiam advir.

Segundo Frieiro (1982), tratava-se de um costume advindo da tradição romana, que foi enraizada nos costumes das famílias portugueses. “O português tinha ciúmes de tudo o que o rodeava. Só não tinha ciúmes, ironizava o escritor, da maior peste que lhe entrava em casa – o frade. ‘Para a luz do dia, - rótulas fechadas. Para o frade, - portas abertas.’” (FRIEIRO, 1982, p. 79).

A constituição familiar patriarcal, de característica portuguesa, acima abordada, teve forte influência na constituição da família brasileira e, de modo particular, na família caipira[[10]](#footnote-10). Conforme afirma Candido (1982), além do sangue português, o caipira carregava também uma “herança” de seus valores e costumes.

A prevalência da estrutura da família patriarcal na cultura caipira - com seus valores e costumes -, replicada nas relações sociais da comunidade Córrego das Pedras, acaba por suscitar um comportamento de gênero referenciado na família tradicional, que coloca o homem com papel central no contexto das relações. A permanência desse formato de relações de gênero representa, também, um tipo de organização das relações de trabalho no campo, sendo determinante para a divisão sexual e secundarizacão do trabalho feminino.

No caso específico das famílias de Córrego das Pedras, aquelas que migraram na década de 60, permanece a tradição dos filhos homens morarem no sítio dos pais, e as mulheres, ao se casarem, saírem das casas dos pais. Em relação as mulheres, quando casadas no circuito da roça, tendem a permanecer na área rural, mesmo que em espaço diferente do sítio do pai e mãe. Esse é um traço tipicamente da família patriarcal, onde o processo sucessório é fortemente vinculado à figura masculina.

Conforme aponta Paulilo (2016), tradicionalmente, a estrutura da família patriarcal se mantinha com ascensão dos homens à estrutura de poder, incluindo aí a herança da terra. As mulheres casadas constituíam outro núcleo familiar, e as solteiras ou separadas, ou iam morar de favor na casa de irmãos, no caso o sucessor da família patriarcal, ou deslocavam para a cidade em busca de trabalho e reordenação da vida por conta própria e fora da estrutura familiar.

Na comunidade Córrego das Pedras, os casamentos foram estabelecidos por esposos ou esposas da mesma categoria social, constituindo-se em relacionamentos estáveis, vivendo o casal com seus filhos e filhas nos sítios, espaço onde residem e trabalham. Essa característica possibilitou a permanência das famílias nos sítios, pois assumiram conjuntamente o processo de produção da vida material em unidades familiares. Em situações de separação, há uma tendência de romper com a reprodução da estrutura familiar, deslocando-se as mulheres para a cidade.

Essas considerações sobre o perfil patriarcal das famílias brasileiras, especificamente as do campo, são relevantes para a compreensão do papel das mulheres na comunidade Córrego das Pedras, concomitante às experiências de vida contadas por elas, experiências essas acumuladas ao longo do tempo na relação com o trabalho, com a família e com a comunidade.

**2.2 A relação de gênero e a divisão sexual do trabalho**

Em relação às questões de gênero, nossas percepções giram em torno, principalmente, do processo de produção da vida material, considerando que sua organização ao longo do tempo seu deu através da mão de obra familiar, incluindo aí a mão de obra das mulheres.

As relações de gênero constituem espaço de tensões, às vezes percebíveis, às vezes veladas, porém, presentes nas relações familiares, de produção e comunitárias. Foi o que observamos na festa de São Sebastião, em que os trabalhos são atribuídos, em grande medida, por sexo. Além disso, observamos que nos encontros religiosos na igreja há o costume das mulheres sentarem-se separadas dos homens: considerando a porta frontal da entrada da igreja, os homens sentam-se à esquerda do altar e as mulheres, à direita do altar. Para o Senhor Arestides[[11]](#footnote-11) esse costume se dá em função dos interesses de homens e mulheres: “Não sei, é costume. As mulheres estão certas. Será porque elas gostam de papear, uma perto da outra, será? Ficam conversando, a conversa da mulher é diferente da do homem. As conversas e os casos são diferentes”. O Senhor Manoel Henrique, também faz um relato sobre o costume: “No começo não tinha o costume de separar homem de mulher. O compadre Pedro[[12]](#footnote-12) que era uma pessoa mais sistemática e o compadre Arestides quem influenciaram para começar o costume de homem para um lado e mulher do outro”.

Os relatos acima são esclarecedores do costume, construído através da manifestação do machismo das lideranças masculinas da comunidade. O Senhor Arestides, em sua fala, deixa claro que assuntos de homens e mulheres são diferentes, razão pela qual as mulheres devem ficar separadas dos homens. Segundo o Senhor Manoel Henrique, foi o Senhor Pedro, caracterizado como homem sistemático, e o Senhor Arestides que influenciaram no comportamento. O Senhor Manoel Henrique afirma que “antes não era assim”, ou seja, que antes não havia o costume da separação. Tratou-se de um costume socialmente construído, principalmente, através da manifestação do machismo dos homens.

O modelo patriarcal de organização familiar acabou por inferiorizar o trabalho feminino no âmbito doméstico e da produção. Silva, Melo e Moraes (2017), ao analisarem o mundo rural paulista, chamam a atenção para o processo de invisibilização da mulher no contexto das relações sociais no campo, de forma particular, nas relações de trabalho. Paulilo (2016, p. 27), fala de relações sociais em que, “o fator sexo opera como um elemento discriminador na divisão social do trabalho, já que ao homem estão destinados os trabalhos ligados à produção, e à mulher, o trabalho doméstico”.

O trabalho humano passou, historicamente, por um processo de divisão (o trabalho produtivo, que produz bens ou serviços com valor no mercado, é feito pelos homens; e o trabalho reprodutivo, de manutenção das condições de vida, do ambiente doméstico e dos filhos, pelas mulheres) e hierarquização (o trabalho masculino é mais valorizado que o feminino). Esse processo é visto como natural, a partir de uma visão da mulher como mãe, que cuida da casa e da família por amor. (NOBRE *et al*, 2014, p. 10).

Para Hirata e Kergoat (2007) essa divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais entre os sexos, que, na família patriarcal, constitui-se em uma relação de poder. “Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Em relação ao trabalho rural, Paulilo (2016), aborda o conceito de trabalho “leve” e “pesado” - sendo o trabalho “leve” para mulheres e crianças e “pesado” para homens -, como categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra e, ainda, pela posição hierárquica que seus executores ocupam em escala de gradação social: “as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior em relação aquelas consideradas masculinas. Paulilo (2016) conclui que a categorização do trabalho se dá não pelas características do trabalho, mas pela posição social de seus realizadores, ou seja, o trabalho feminino, das crianças e adolescente é inferiorizado por ser executado por pessoas inferiorizadas na relação de poder da família patriarcal. Estamos diante de relações de poder advindas da família patriarcal, que coloca o homem como centro das relações de poder no âmbito da família.

Paulilo (2016), ao abordar a divisão sexual do trabalho, aponta para uma divisão de trabalho produtivo e trabalho doméstico e a ocorrência da sobreposição de horas de trabalho.

Dividiu-se o trabalho da mulher em: a) trabalho doméstico; b) trabalho produtivo no lar; e c) trabalho produtivo fora do lar. Como trabalho doméstico, foram consideradas as atividades de lavar e passar roupa; cozinhar, lavar a louça, arrumar a casa e cuidar das crianças. Pode-se incluir, também, costurar, porque, em todas as categorias, salvo nas grandes propriedades sobre as quais não conseguimos esse dado, a maioria das esposas costuram para a casa. O trabalho produtivo realizado no lar abrange os cuidados com a horta e com os animais domésticos. O trabalho produtivo fora do lar se refere às atividades realizadas nos campos. (PAULILO, 2016, p. 43-44).

Nobre *et al* (2014, p. 11) apontam para o fato de que “o trabalho produtivo é mais valorizado e considerado masculino. Às mulheres, cabe o espaço privado, da natureza e do trabalho reprodutivo, menos valorizado”.

Assim, estamos diante de um fenômeno social de discriminação do trabalho da mulher, que ressoa contemporaneamente tanto nas relações de trabalho da cidade, quanto no campo, que em muitas situações, é invisibilizado e/ou naturalizado. Trata-se de uma divisão sexual do trabalho que, segundo Nobre *et al* (2014), constitui em uma criação ideológica e cultural que permite a subordinação e desvalorização do trabalho das mulheres, relacionado aos cuidados domésticos, relacionado ao mundo privado da família, presente nas mais diversas esferas sociais. Ao longo do tempo, as mulheres se movimentaram além das portas da casa: “[...] não apenas dentro da casa do quintal, mas também na roça, na indústria doméstica, nas feiras, nas festas e nos rituais religiosos”. (SILVA; MELO; MORAES, 2017, p. 184).

Esse trânsito da mulher da casa para o quintal e do quintal para a roça, é apontado pelos homens da comunidade estudada. O Senhor Manoel afirma: “Quando nós estávamos no tempo da colheita, minhas filhas ajudavam na roça”. Da mesma forma, o Senhor Salvador faz referência à sua ex-esposa: “Ela me ajudava porque ela não queria ficar em casa. Tinha o arroz cortado e ela ia ajudar a fazer as pilhas de arroz. Fazia os montes pequenos do arroz cortado. Depois carregava para a pilha grande, que dava até 10 metros”.

Apesar de apontar para o rompimento da porta da casa e do portão do quintal, os relatos fazem referência ao trabalho da mulher como uma ajuda, o que evidencia uma inferiorização do trabalho feminino na roça. Silva, Melo e Moraes (2017) ressaltam que esse quadro é resultado de construções culturais, em sociedades patriarcais, com domínio do sexo masculino e valorização de seu papel social; com a consequente inferiorização da mulher e de seu papel social, incluindo no trabalho.

Um aspecto relevante a apontar em relação às responsabilidades das mulheres é a condição de genitora e cuidadora das crianças, pois na sociedade patriarcal as mulheres são obrigadas a assumir, praticamente sozinhas, o papel de cuidadoras dos filhos, responsabilidade que era dividida com as filhas mais velhas, em famílias com muitas crianças. Os achados de pesquisa demonstram que no caso das mães da primeira geração da comunidade Córrego das Pedras foi comum terem muitos filhos, enquanto que nas famílias da segunda geração, a quantidade de filhos diminuiu sensivelmente.

**QUADRO 02 – Demonstrativo de quantidade de filhos(as) por geração**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Geração | Mães | Quantidade de filhos |
| **1ª GERAÇÃO** | Dona Geralda | 16 |
| Dona Alcina | 10 |
| Dona Nega | 07 |
| Dona Lourdes | 06 |
| Dona Leonora | 05 |
| **2ª GERAÇÃO** | Clarice | 02 |
| Delzina | 02 |
| Julieta | 02 |
| Neide | 02 |
| Roseneire | 02 |
| Silvânia | 02 |
| Sônia | 02 |

Tal diminuição, em consequência, reduz o tempo gasto nos trabalhos domésticos, possibilitando a ocupação de espaços fora dos limites da casa, tanto no trabalho, quanto na vida comunitária. Além disso, reduz também o período da dependência dos filhos para com as mães, pois no campo, como afirma Paulilo (2016, p. 32) as mulheres “trabalham antes de se casar ou de ter o primeiro filho, param enquanto os filhos são pequenos, voltando a atividades externas depois que eles crescem”.

Ao considerar a relevância social do papel doméstico, coloca-se em pauta o processo de contraposição à premissa histórica de secundarizacão e inferiorizacão do papel da mulher, construído ao longo do tempo no contexto das relações sociais, já que o trabalho da reprodução familiar não é inferior ou menos importante. Nesse aspecto, importante ressaltar a percepção de Thompson (2106, p. 243).

Tenho um pouco de dificuldade a esse respeito, porque não considero desimportante e inferior o talento de fazer compras ou administrar um lar, muito embora seja verdade que as culturas dominadas pelos homens possam criar essa impressão ao tentar confinar as mulheres em papéis “‘inferiores”.

A contraposição precisa se dar na esfera cotidiana, *lócus* onde se manifesta toda a perversidade dos processos discriminatórios. É o cotidiano o espaço que possibilita visibilizar o fato social e, consequentemente, a contraposição. É um espaço privilegiado de ação. Considerar relevante o trabalho da lida doméstica significa considerá-lo uma tarefa necessária, afeita ao papel social de homens e mulheres. Se consideramos relevante esse papel social, não há motivo para transformá-lo em uma tarefa desvalorizada ou exclusivamente feminina, o que esconde um machismo histórico que fez e faz parte das relações de gênero.

Hirata e Kergoat (2007), faz referência a tomada de consciência de relações opressoras de trabalho, caminho para desconstituir a discriminação de gênero em relação ao trabalho e a desvalorização dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres no âmbito do lar, ou fora.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

Thompson (2016), ao retratar a movimentação feminina na Inglaterra, em um ambiente de transição de uma economia moral para uma economia capitalista, acaba por descortinar a invisibilidade social que é imposta à mulher durante a maior parte da história.

O trabalho mais árduo e prolongado de todos era o da mulher do trabalhador na economia rural. Parte desse trabalho – especialmente o cuidado dos bebês – era o mais orientado pelas tarefas. Outra parte se dava nos campos, de onde ela retornava para novas tarefas domésticas”. (THOMPSON, 2016, p. 287).

Silva (1999), ao falar sobre as mulheres nas relações de trabalho e da luta pela sobrevivência pessoal e familiar, muitas vezes sofridas pelas circunstâncias do trabalho, das discriminações de sexo e cor, afirma que é na invisibilidade que reside a força vital de cada uma delas, que dá sentido à vida e que as torna eternas lutadoras.

Ao longo do tempo, o modo de vida com características patriarcais se reproduziu no âmbito das relações familiares e da comunidade. Acreditamos que a cultura caipira mineira e paulista tem influência nessa organização, pois é uma estrutura social carregada junto com os sujeitos no processo migratório. A mulher tem o papel de cuidadora da casa e ajudante do homem nas tarefas da roça. Os achados da pesquisa demonstram que as determinações sociais da condição de subalternidade não foram assimiladas passivamente.

Essa estrutura acabou gerando também uma divisão sexual do trabalho, onde os trabalhos mais rústicos são de responsabilidade do homem, mesmo da lida doméstica, como extrair lenha no mato para combustão, sacrificar porcos e fazer a limpeza mais bruta e os serviços brutos da roça, como derrubar, queimar e arar. Já a mulher, é responsável pela lida doméstica: limpeza de casa, lavação de roupa e cozinhar, e, eventualmente, ajudar na roça, principalmente nos períodos de colheita, e às vezes o trabalho de carpa, trabalhos esses considerados menos rústicos.

Observamos que durante o trabalho de campo os homens são responsáveis pelos cuidados com as criações, principalmente o gado, pelo plantio e tratos culturais das lavouras. Já as mulheres são responsáveis pelos cuidados com a casa, pelo processamento dos produtos para levar para a feira, como é o caso do leite, pelas vendas dos produtos na feira, e em caso de necessidade, trabalham nas tarefas de seus maridos.

Os achados de pesquisa demonstram, também, que essas relações de trabalho são reproduzidas na relação da segunda geração para com os filhos e filhas, na medida em que os adolescentes e jovens auxiliam seus pais e mães nos afazeres, categorizando o trabalho por sexo: se do sexo masculino, vinculam-se as tarefas e afazeres do pai, se do sexo feminino, vinculam-se às tarefas e afazeres da mãe. A fala do Alfredo, de 19 anos, é representativa da reprodução de uma modelo de família e de trabalho que se reproduz a três gerações. “Eu e meu pai não participamos do processo de produção de queijos, requeijões e doces. Esse trabalho é da minha mãe. Os trabalhos são divididos: do portão para fora eu, meu pai e meu irmão damos conta, do portão para dentro é a mãe”. Trata-se de uma herança cultural advinda do modelo de família patriarcal, que permanece viva no contexto das relações sociais da comunidade.

Apesar da reprodução das relações de um modelo de família patriarcal, com centralidade masculina, importa considerar que as mulheres adentraram em um espaço que era especificamente do homem – a comercialização dos produtos na feira. A atuação na feira significa o rompimento não só com o portão do pátio da casa, mas também com os limites da porteira do sítio rumo à cidade, e ainda, o acesso ao resultado do trabalho produtivo realizado no sítio.

Entendemos que não há uma homogeneidade nas relações sociais no campo e nos modos de produção de vida material, assim, também não há em relação ao trabalho das mulheres. No âmbito da comunidade, conforme narrativas, muitas mulheres, por necessidade ou por opção, trabalharam efetivamente na roça, não como ajuda, mas como trabalhadoras rurais. Na família do Senhor Arestides, por exemplo, constituída majoritariamente por mulheres (de dez filhos, oito são mulheres), a dinâmica de trabalho contava com a mão de obra feminina de forma continuada. Relata dona Alcina, esposa de Arestides, em relação às filhas: “Enquanto uma revezava na cozinha, as outras trabalhavam na roça”.

Desde o processo migratório, passando pelas dificuldades enfrentadas na abertura e desbravamento das densas matas enfrentando desafios como doenças, falta de abastecimento alimentar, extensa jornada de trabalho diária que exigia além da lida doméstica o trabalho na roça, as mulheres foram parceiras de seus esposos, às vezes por absoluta necessidade, às vezes porque gostavam do trabalho na roça.

Há mulheres que gostam da roça, como é o caso da Dona Alcina, 82 anos, esposa do Sr. Arestides.

Minhas filhas aprenderam a cuidar da casa, o que me deixava com mais tempo para trabalhar na roça, pois as meninas cuidavam da casa. Como tinha muitas mulheres em casa, eu preferia ir para a roça. Eu gostava de ficar e trabalhar na roça junto com o Arestides. Tinha riscos na roça, cheguei a ver bem pertinho de casa uma onça com os seus filhotes. (Entrevista com Dona Alcina, em outubro de 2017).

Dona Leonora, 73 anos, também fala sobre o trabalho na roça: “Eu gostava muito da roça. Eu não gostava quando tinha que cuidar dessas coisas de casa. Eu deixava minhas duas filhas cuidando da casa e ia para a roça. Depois eu vinha fazer almoço. Depois do almoço íamos todos para a roça”. Percebe-se na fala da Dona Leonora uma hierarquização que combina gênero e geração, pois a mãe deixava as filhas cuidando da casa. O cuidado com a casa permanece sendo atribuição feminina, mas não da mãe, agora da filha. Dona Alcina também fez essa referência.

Tanto a dona Alcina, quanto a dona Leonora, demonstram o gosto pelo trabalho na roça, o que, de certa forma, é um contraponto em relação a percepção masculina do trabalho da mulher como uma ajuda. Esses relatos são significativos, porque demonstram a disposição das mulheres, aquelas da primeira geração, de se contraporem ao processo de invisibilizaçao do seu trabalho e de sua condição de sujeito social. Diferentemente da maioria dos homens que as percebiam e percebem como ajudantes das tarefas da roça, elas se colocavam como trabalhadoras da roça, enfrentando as dificuldades do trabalho braçal, em condições adversas, com seus esposos. A filha mais velha da Dona Alcina, a Marcioniria, faz a mesma consideração. Talvez fosse o prenúncio de uma disposição de enfrentamento da condição de subalternidade determinada pelas relações sociais historicamente estabelecidas.

Apesar da prevalência no âmbito familiar das relações patriarcais, o cotidiano se colocou ao longo do tempo como um espaço de tensões, percebidos no contexto das relações dos casais da primeira geração, que impulsionaram mudanças nas relações entre os casais, visto que são aspectos que estão na memória das mulheres da segunda geração.

Vivi em um ambiente de ajuda mútua. Mamãe fazia as coisas que tinha que fazer em casa e ia para a roça ajudar meu pai. Teve uma época que papai ficou doente da coluna, não aguentava trabalhar na roça. Ele ficava em casa e mamãe ia para a roça. Meu pai e minha mãe eram muito parceiros um do outro, não tinha muita divisão não. Eu e minhas irmãs tínhamos que ajudar nos trabalhos da roça, já com nossos 13 ou 14 anos, porque não tinha homem. Era só dois filhos homens na família de muitas mulheres. (Entrevista com Neide, em janeiro de 2017).

Estamos falando em movimentos de tensões nas relações sociais no âmbito da comunidade Córrego das Pedras, que fomentam novas relações, quebrando paradigmas e redefinindo papéis. “Relações de força que envolvem homens e mulheres, seus valores e noções de mundo, subjetividades que constroem diferenças de gênero, informam papéis, fixam posições, impõem hierarquias e disputam memórias. (PAULILO, 2016, p. 244).

No cotidiano da vida na roça muitas vezes a necessidade foi impulsionadora de mudanças de costumes, provocando mudanças comportamentais. Às vezes, os papéis sociais mudam, ampliam ou até se invertem. Assim, não é muito estranho a presença das mulheres no trabalho da roça, não somente como ajudantes, mas como parceiras nas tarefas, e inversamente, homens na lida do lar (há homens que gostam muito da cozinha).

**2.3 O caminho da feira**

As mulheres do Córrego das Pedras saíram da cozinha para trabalhar na roça, ocupar a função de líder da comunidade e ocupar o balcão da feira. São situações atípicas em uma cultura patriarcal que historicamente secundarizou o trabalho das mulheres, percebida com maior intensidade no campo.

As mulheres da comunidade Córrego das Pedras, ao saírem da cozinha foram aos poucos ocupando espaços. Assim, se em um passado remoto o trabalho da feira era exclusivamente masculino, incluindo a tarefa de comercialização da produção, ao longo do tempo, elas se mostraram exímias comerciantes, e passaram a assumir a frente na tarefa de comercializar. Sobre isso, Neide relata em uma entrevista: “Antes eu nem ia na feira. Hoje estamos lá, vendendo, à frente de nossas bancas de produtos”.

Além do trabalho na roça, as mulheres assumiram o trabalho na feira, o que se constitui também em trabalho produtivo, em conformidade com a categorização de trabalho apresentado por Paulilo (2016), a começar pelo trabalho de industrialização artesanal do leite (para produção de queijos e requeijões) e fabricação de doces[[13]](#footnote-13). Assim sendo, compreendemos o trabalho desenvolvido pelas mulheres no processamento artesanal dos produtos primários produzidos nos sítios como trabalho produtivo que agrega renda e valor ao trabalho familiar. Essa dinâmica de produção organizada, demonstra que “[...] a produção doméstica feminina é essencial à reprodução econômica do sítio” (SILVA; MELO; MORAES, 2017, p. 179), não podendo ser analisada como renda complementar.

Thompson (2016) chama a atenção para o fato de que a participação das mulheres não se dá somente como donas de casa, mas como contribuintes da renda familiar, como cidadãs e membras constituintes da política e da economia local.

No caso da comunidade de Córrego das Pedras, o caminho da feira impôs às mulheres algumas necessidades, como aprender a dirigir. O volante do carro para as mulheres, por necessidade em função do trabalho, acabou se transformando em um instrumento de autonomia feminina, provocando o rompimento com a dependência marital. Para aquelas que aprenderam a dirigir, não mais necessitam do marido para se locomover pela cidade.

As mulheres, agora de negócios, estão na feira do produtor rural, realizada na cidade, nas quartas-feiras e domingos de todas as semanas, faça sol ou faça chuva, seja feriado ou não. Praticamente todas as mulheres da segunda geração estão na feira, na linha de frente, comercializando os produtos produzidos nos seus sítios.

Essa condição do tino da mulher para o negócio é antiga, percebida e apontada por Thompson (2016, p. 243): “não existe nem uma única fonte a que se possa recorrer para estabelecer os papéis de gênero na praça do mercado. As mulheres estavam certamente presentes como vendedoras de bens alimentícios, embora poucas fossem comerciantes licenciados”. Thompson (2016) chama a atenção para o papel ativo das mulheres na economia moral inglesa e para o papel que exerceram no mercado, talvez, por estarem diretamente ligadas à economia doméstica, principalmente em momentos de crises. Sob essa perspectiva, podemos entender o relato de. Neide:

Acho que as mulheres têm mais jeito de ficar na frente da banca para vender, mais carisma. No caso do Ronaldo, meu esposo, ele gosta de ficar conversando, na verdade, quase todos os homens. Quem foge à regra é só o Senhor Tonico, ele está sempre lá no banquinho dele, e um de seus filhos também, o Paulinho que também fica mais na sua banca. Agora em relação aos outros, via de regra, as mulheres que estão ali na frente e os homens mais no suporte na parte da logística. Eu acho isso interessante, você já percebeu isso lá na feira? Eu acho que isso simboliza um pouco também o fato de as mulheres tomarem a frente das tarefas, o que acontece também aqui na feira, pois no começo não era assim. Antes as mulheres ficavam em casa, cabendo aos homens a tarefa de ir para a feira. As mulheres iam para a feira de vez em quando e não ficavam na linha de frente das vendas. Isso foi de uns dez anos para cá, não sei exatamente quando, mas de uns dez anos para cá. Esse processo de relação das mulheres com a feira foi natural. Começaram a ir e gostar. Os maridos também gostaram que elas fossem, pois aí sobrava tempo para as conversas, além da companhia. Falando por mim, se eu falar que não vou mais para a feira, ele desanima (o marido). Acho que todos os outros maridos, se as mulheres falarem que não vão mais para a feira, eles até desanimam. O Ronaldo mesmo, o dia que eu falo que não vou, ele também não quer ir. Acho que cria ali um comprometimento que acaba selando e melhorando o nosso relacionamento de casal, estou falando de cumplicidade. Hoje é muito melhor do que foi, acho que os homens e as mulheres foram melhorando as relações. Na verdade, acho que vamos deixando para trás um pouco da chatice que temos e vamos melhorando. Isso significa parceria do marido com a esposa. Fomos ocupando os espaços. Se olharmos para o passado, a mulher da roça só ia na cidade uma vez ou outra acompanhar o marido nas compras. Você sabe, isso se chama mudança de costume, de cultura. Acabamos mexendo com uma cultura machista, que colocava a mulher para dentro de casa, meio que escondida, cabendo somente aos homens a tarefa de ir para a cidade negociar e fazer o que ele achava que tinha que ser feito. Eu considero isso como uma quebra de paradigma, conquistado por nós mulheres, sem necessidade de nenhuma revolta organizada, não teve queda de braço e nem discussão. (Entrevista com Neide, em janeiro de 2017).

Neide, uma das mulheres feirantes, teve que aprender a dirigir carro, pois seu marido precisa permanecer no sítio no período da manhã para ordenhar as vacas leiteiras. Para ela, o caminho da feira, além de significar o rompimento com os portões do quintal da casa e da porteira do sítio, acabou por mexer em uma estrutura social machista que empurrava as mulheres para dentro de casa, enquanto cabia ao homem, os afazeres na cidade. Ela considera uma quebra de paradigma. A cidade agora é caminho das mulheres também, sem a dependência do homem para as diversas necessidades, como fazer compras, ir para a feira, buscar atendimento médico-hospitalar, entre outras demandas.

Ao falar em quebra de paradigma, sem necessidade de revolta, Neide aponta para o que Hirata e Kergoat (2007, p. 604) identificam como conciliação que, “considera mulheres e homens como parceiros (e portanto decorre mais de uma lógica de conciliação de papéis que do conflito e da contradição) e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder”. Hirata e Kergoat (2007) chamam a atenção para o fato de que essa relação conciliatória não quebra a relação de poder, uma vez que a configuração do trabalho em perspectiva de poder permanece: o trabalho doméstico continua sendo atribuição das mulheres, mesmo em um contexto de reconfiguração das relações sociais de sexo.

O papel da mulher da comunidade Córrego das Pedras, da segunda geração, não é limitado à tarefa de procriar e cuidar da família, que em boa medida, foi minorada com a diminuição do número de filhos, o que, conformando com Thompson (2016), não é periférico e secundário. As mulheres, para além do compromisso com a lida doméstica participam ativamente da vida comunitária, atualmente até com mais intensidade dos que os homens, participam no preparo da feira e ao longo do tempo, mostraram habilidade para a prática do comércio na feira, sendo reconhecidas como as principais agentes de vendas.

Importa ressaltar que essa trajetória de ampliação do papel da mulher na comunidade, buscando sair da condição subliminar, é histórica, sendo percorrida também por mulheres da primeira geração, abrindo caminho para o rompimento com a dureza da condição de vida estabelecida para a mulher no contexto das relações no âmbito da família. Aqui convém destacar o papel fundamental da Senhora Alcina, esposa do Senhor Arestides, que fala com muito orgulho da conduta da sua vida como mulher, de sair da beira do fogão e ir para a roça, não pela imposição da vontade masculina, mas por necessidade e pelo gosto de trabalhar na roça. Sua filha, Neide, conta com orgulho a trajetória inspiradora de sua mãe: “Teve vezes que mamãe ia sozinha para a roça. Quando o Pai ficou doente, ela foi trabalhar na roça e não somente ajudar. O pai fazia os trabalhos domésticos. Ele gosta de fazer bolo”.

Diante da prevalência histórica de um modelo patriarcal de relações sociais, não podemos afirmar que estamos diante de uma inversão das relações de gênero, porém, não podemos deixar de destacar avanços na relação de gênero, caracterizado pelo ocupação de espaços pelas mulheres da comunidade, o que as tornou protagonistas do processo histórico de produção da vida material e imaterial.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da pesquisa percebeu-se que as determinações sociais, no caso específico em relação ao papel social da mulher, advindo da família patriarcal, acabam por ser mudadas ou revistas ao longo do tempo. Podemos falar aqui de um feminismo em construção que se dá e desenvolve através do cotidiano das mulheres em construírem junto com suas famílias os meios de subsistência e dele participar e tomar parte. Um feminismo rural, como apontado por Paulilo (2016), que está vivendo constantemente novas experiências e construindo novos conceitos a partir da luta histórica por justiça, igualdade e fraternidade.

A pesquisa leva-nos a afirmar que, apesar das relações patriarcais no âmbito familiar advindas da constituição histórica dos costumes da família caipira, que secundariza não só a tarefa feminina, como também a sua existência, as mulheres da comunidade Córrego das Pedras ao longo do tempo passaram a ocupar espaços e desempenhar papéis sociais que eram tradicionalmente masculinos. Encontraram espaços para construir uma relação de parceiras dos maridos, interferindo, através do trabalho na constituição da renda familiar. As mulheres de Córrego das Pedras saíram dos portões do quintal e dos sítios, para junto com seus maridos, viabilizarem a produção e a renda, quer seja na tarefa de industrialização artesanal dos produtos a serem vendidos, quer seja no trabalho de comercializar os produtos no balcão da feira.

Concomitante ao processo de avanço das mulheres em relação ao trabalho produtivo, o que significa uma construção da autonomia na relação com seus maridos, pois além participarem do processo de produção da renda, de extrapolarem os limites das fronteiras do sítio para a cidade, passaram a ocupar espaços na gestão da comunidade. Aqui é importante ressaltar, que do ponto de vista temporal, esses processos são coincidentes, o que reforça a percepção do avanço das mulheres na ocupação dos espaços nos processos de vida individual e coletiva.

Participaram efetivamente no processo de produção da vida material e imaterial, em um mundo rural brasileiro, que conforme Brandão (2007, p. 37), “é muito mais diversificado e polissêmico do que em geral se imagina”, em contraposição ao avanço do agronegócio que apresenta um cenário de produção de monoculturas, portanto, uniforme. Ao longo do tempo, as mulheres sitiantes da comunidade foram protagonistas desse processo.

Conformando com Wanderley (2018), a pesquisa demonstra um espaço rural contemporâneo que se constrói na relação de interdependência com o urbano, uma relação de ambivalência assimétrica e o reconhecimento do mundo rural como um modo de vida. Homens e mulheres fazem a opção de viver de viver nesses espaços, sendo as mulheres protagonistas desse processo, como demonstra a pesquisa em andamento na comunidade Córrego das Pedras.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS, Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 1, n.1, p. 37-64, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve**. 2. ed. São Paulo: Itatiaia, 1982.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 10 jan. 2019.

**IBGE** Cidades@. Tangará da Serra. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br/). Acesso em: 23 nov. 2016.

**IBGE** Estado@. Mato Grosso. Disponível em: https://cidades.ibge.gov. br/brasil/mt/panorama. Acesso em: 27 jun. 2019.

NOBRE, Miriam Nobre Pacheco. et al. **Economia feminista e soberania alimentar**: avanços e desafios. São Paulo: (s. n), 2014.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de; MORAES, Lara Abrão de. Saindo das sombras: mulheres sitiantes paulistas. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 179-207, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p179>. Acesso em: 03 abr. 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular e tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. 1. ed. (9. Reimp.) São Paulo: Schwarcz, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Concepções de sociedade e direitos de cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro**. In: VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais. (Conferência de abertura). Florianópolis: [s.n.], 27 de ago. 2018. Disponível em: www. redesrurais.org.br. Acesso em: em: 28 de jan. 2018.

1. José Pereira Filho é mestre em educação e doutorando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), DINTER UFSCAR/UNEMAT, em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desenvolvendo pesquisa na comunidade Córrego das Pedras, Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, Brasil, sob orientação da Professora Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCAR. Contatos: e-mail: [zepereiraunemat@gmail.com](mailto:zepereiraunemat@gmail.com) - Fone: 55(65)999970613. [↑](#footnote-ref-1)
2. Paresí ou Parecis – Nome dado pelos brancos para identificar a Etnia “Haliti”, que significa povo. O território das terras indígenas da Etnia Haliti ou Paresí é distribuído em quatro polígonos distintos, sendo que um polígono está localizado nas confrontações com o Município de Barra do Bugres e parte localizado no Município de Tangará da Serra. [↑](#footnote-ref-2)
3. Para fins de melhor identificação das informações constantes do mapa, prestamos as seguintes informações: os polígonos identificados em cor verde são terras indígenas, pertencentes aos povos Paresí, sendo a maior porção, a do Chapadão do Parecis e as menores porções, no Baixo Parecis; o polígono amarelo são extensões de terras de propriedades particulares no Alto Parecis, que constituem fazendas do agronegócio no Município de Tangará da Serra na região identificada como Chapadão do Rio Verde; o polígono em cor rosa constitui o primeiro projeto de ocupação da região de Tangará da Serra, terras cortadas em glebas entre a Serra do Tapirapuã e o Rio Sepotuba, percebíveis em polígonos menores dentro do polígono maior. No polígono maior está identificado a localização da Cidade de Tangará da Serra. [↑](#footnote-ref-3)
4. Vida material: constituída pela força de trabalho desprendida por homens e mulheres, em condições sociais determinadas que, compreende a construção dos meios de sobrevivência, composto essencialmente pelos bens materiais, como alimentação, moradia, deslocamento, roupas, remédios e outros, necessários à sobrevivência humana. [↑](#footnote-ref-4)
5. Vida imaterial: conjunto das experiências de vida, hábitos, costumes e tradições que, no seu conjunto, identificamos como cultura, presentes no contexto das relações sociais dos sitiantes da comunidade Córrego das Pedras, espaço de produção da vida material. [↑](#footnote-ref-5)
6. A festa de São Sebastião é tradicional, porque se repete, não sendo um acontecimento distinto, constituindo-se em um momento de celebração da comunidade, dos que lá vivem, dos que foram e voltam e da população citadina que mantém relações com a comunidade, tendo duas dimensões: a) religiosa, celebrada no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, padroeiro e protetor dos sitiantes, para agradecer as graças recebidas no ano anterior e pedir as bênçãos para o ano em curso; e b) social, realizada no mês de setembro, expressando o momento de celebração social. O cardápio é caipira, da roça, uma manifestação cultural que veio com as famílias migrantes, tendo como base a carne de porco frita e conservada na lata, frango caipira frito ao molho e com quiabo, tutu de feijão à moda mineira, torresmo ou pururuca, farofa de torresmo, arroz, couve refogada, angu, mandioca e salada (tomate com alface), músicas e danças caipiras. [↑](#footnote-ref-6)
7. O agronegócio brasileiro se qualifica pela concentração de extensas áreas de terras, com plantação uniforme de produtos agrícolas, como soja, milho, algodão, cana e cria, recria e engorda de gado, utilizando de modernas tecnologias. Para a safra 2018/19, Mato Grosso deverá ter 9,58 milhões de hectares de soja plantada, com previsão de colheita de 32,45 milhões de toneladas, quase 27% da produção nacional, o que coloca o Estado como o primeiro produtor do país. (Fonte: Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária – Imea). Em relação ao rebanho bovino, Mato Grosso tem o maior rebanho brasileiro, com 27,9 milhões de animais, correspondente a 13,8% da produção nacional. (Fonte: IBGE). Já o Município de Tangará da Serra possui 90.769 hectares de lavouras de soja implantadas com previsão de colheita de 246.123 toneladas e um rebanho bovino com 208.373 reses, alojadas em uma área de 123.656 hectares. (Fonte: IBGE, 2019). [↑](#footnote-ref-7)
8. Estado brasileiro situado na região Sudeste. [↑](#footnote-ref-8)
9. Estado brasileiro situado na região Centro-Oeste. [↑](#footnote-ref-9)
10. Segundo Candido (1982) o “caipira” é fruto de uma composição racial tipicamente brasileira de bandeirantes e indígenas, com características sociais e culturais, como organização familiar, práticas alimentares e formas de se relacionar com a terra muito específicas, o que os distingue como “caipiras”. No nosso caso, faço esse apontamento pelo fato das famílias migrantes de Minas Gerais e São Paulo apresentarem, em muitos aspectos, características sociais e culturais semelhantes. [↑](#footnote-ref-10)
11. O Senhor Arestides, patriarca da segunda família a migrar para a região do Córrego das Pedras no ano de 1965, autêntico narrador, com quem eu mantinha regulares e prolongadas conversas, foi acometido por um AVC na manhã do dia 11 de julho de 2108, vindo a óbito na noite do dia 18, após oito dias de internamento. Sua ausência física é muito sentida entre familiares e amigos, bem como na comunidade Córrego das Pedras, pois foi um homem de comunidade. Face à sua trajetória de vida e o reconhecimento de sua liderança, sua memória é imortal. [↑](#footnote-ref-11)
12. O Senhor Pedro, popularmente conhecido como Pedrão do Córrego das Pedras, há tempos falecido, foi uma ativa liderança na comunidade, lembrado no relato do Senhor Manoel Henrique. [↑](#footnote-ref-12)
13. Em entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018, na casa do Pedro e da Roseneire, casal da comunidade, enquanto entrevistávamos o Pedro, na varanda dos fundos da casa do casal, a Roseneire estava na área, perto de nós, produzindo queijos de forma artesanal, oportunidade que possibilitou-nos acompanhar os trabalhos durante a entrevista, e até conversar com ela sobre aspectos do trabalho familiar e da mulher. [↑](#footnote-ref-13)